

PP  
11 JUN 1995

# Abertura selvagem

GLOBO

JOSÉ SARNEY

**T**homas Jefferson dizia não ser adepto de governos enérgicos, eu, de meu lado, digo não ser fanático de um Estado fraco, sem instrumentos necessários a cumprir seu objetivo de harmonizar conflitos e estabelecer uma sociedade mais justa. O mundo sempre foi ciclotímico. Sempre teve alternâncias entre períodos de grande euforia e períodos de grandes depressões.

Agora, a nova onda que chega como um fechamento de ouro do século XX é a quimera de um mundo em que, como desejava Adam Smith, o capital circulasse sem fronteiras e sem barreiras, apenas baseado na lei da competição. É uma moderna versão do *laissez faire, laissez passer*, uma nova ideologia sacralizada, num tempo em que as ideologias morrem.

Para mim, o que interessa não é a quantidade do Estado, mas a qualidade. O Estado tem de ser forte na prestação dos serviços, na área social, segurança e regulador da luta entre os mais fortes e os mais fracos, a estes protegendo no seu direito de lutar para não serem esmagados. Para mim, estes conceitos não são ideológicos, mas a serena visão humanista, pela qual o homem pode libertar-se das alucinações do egoísmo.

O Estado tem que ser fraco nas áreas que não são suas e sim da iniciativa privada, nas quais não lhe compete interferir. O Brasil viveu uma época de extremo estatismo. Diz-se que foi a era de Vargas. Melhor: foram as idéias do princípio do século que levaram ao estabelecimento dos estados totalitários comunistas e fascistas — idéias essas que vieram a se confrontar com outras idéias na Segunda Guerra Mundial. O Brasil viveu o mesmo dilema, nos episódios da revolta comunista de 35 e do integralismo. Vargas manobrou entre esses dois demônios e deles se utilizou quando foi necessário. Mas

ficou-lhe a idéia que parecia ser hegemônica daqueles anos: um Estado vertente de todas as iniciativas. O estatismo cumpriu sua tarefa. Ele alavancou um Brasil que necessitava criar o seu parque industrial e construir uma política de substituição de importação que permaneceu até a década dos 70. Mas, ao mesmo tempo, com ele nasceu um Estado demagógico, populista, destruído, que é a verdadeira causa do atraso nacional.

Agora, será um anacronismo querer reviver aqueles tempos. O mundo não conhece caminho de volta. Ele marcha sempre dentro do seu tempo. Acabou-se o tempo dos monopólios, quer estatal, quer privado. O libertário, hoje, é o conhecimento, é a ciência, é a tecnologia. Vivemos num mundo competitivo em que o homem busca a todo tempo uma descoberta. Ele continua um navegador, outrora nos mares em busca de terras e mundos, hoje, nos laboratórios, centros de pesquisa, universidades e empresas na procura de novos produtos, novos processos e novos materiais.

As reformas que estão sendo votadas pelo Congresso são necessárias e urgentes. Elas possibilitam ao Brasil abrir a sua economia e entrar no compasso da economia mundial. As coisas lá fora estão ocorrendo a uma velocidade extraordinária. Há perigo de envelhecimento em tudo: nos produtos, nos programas políticos. O Brasil, como um grande país, não pode ficar de fora.

A Petrobras, por exemplo, que nos arrebatou no sonho do "petróleo é nosso", hoje transformou-se no "petróleo é vosso", e não se sabe se é da CUT ou do corporativismo que ali se instalou. Ninguém pensa em vender a Petrobras, mas não podemos deixar que ela perca as suas referências de competição e obrigue o povo brasileiro a pagar o seu imposto de renda e o imposto de renda da Petrobras, que se retire recursos da educação, saúde, segurança etc., para investimentos na área. compre-se a ga-

solina mais cara, cheire dióxido de carbono porque o seu produto é de baixa qualidade e se julgue isenta de competir. Exemplo: novas refinarias. A Petrobras já está importando gasolina e outros derivados.

Por outro lado, fico solidário quando ouço o presidente Fernando Henrique dizer que a nossa abertura não pode ser selvagem, não pode ser destruidora do Estado nem de seu patrimônio. Os exemplos do México e da Argentina devem ser meditados, que sirvam de parâmetros para não se errar. Não se confunda a necessidade de modernizar-se com a compulsão de parecer moderno e cair na irresponsabilidade. Creio que a privatização da Vale tem que ser revista. A Vale não é monopólio. Concorre, disputa e é uma agência de desenvolvimento.

Acho que devemos ter um Estado efetivo e necessário, que dite as normas, as regras, vigilante, capaz de regular as relações econômicas e de punir excessos. Não devemos abdicar dos seus instrumentos nem cair na sedução de escancarar a economia, entregando-a a predadores e aventureiros da especulação internacional, que estão pulando de país em país, como piratas. Ninguém possa pensar, também, ingenuamente, no apoio de qualquer organismo, para sairmos de dificuldades. A lei financeira internacional é a lei do mais forte. Hoje, ameaça a todos nós a bomba financeira, o volume do capital especulativo 20 vezes superior à economia real, que circula dia e noite em busca de lucros. Nenhum país é inexpugnável a esse perigo. Nós, particularmente, devemos ser prudentes e aprender com os erros de alguns países que fizeram o que nós estamos com vontade de fazer.

Abriu sim, mas jamais uma abertura selvagem que comprometa o nosso presente e o nosso futuro. Nem manter algumas estatais atrasando e sugando o país.

José Sarney é senador pelo PMDB do Amapá.